



ELEIÇÕES 2002

**O que os candidatos
ao Piratini prometem
para a educação**

A avaliação da cientista política e professora da Ufrgs Céli Pinto é que os programas dos quatro principais candidatos ao governo do Estado não convencem quando o assunto é educação. Segundo a professora, estão sendo propostas "maravilhas" que nem mesmo países como Dinamarca e Suécia conseguiram alcançar. Céli ressalta também um certo descompromisso com a realidade, na medida em que "os projetos contemplam todos os aspectos, mas não apontam políticas focais que resolvam questões prementes".

Páginas 6 e 7



Cristina Lima

Assembléia de vizinhos em Buenos Aires

Cerca de oito mil ativistas da América Latina participaram do Fórum Social Temático da Argentina, de 22 a 25 de agosto, em Buenos Aires. No próprio palco da devastação, uma assembléia de vizinhos com dimensão continental mostrou ao mundo os efeitos do neoliberalismo e disse não à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Na semana seguinte, 16 milhões de brasileiros que participaram do Plebiscito da Alca, realizado em todo o país, de 1 a 7 de setembro, também demonstraram seu descontentamento com a Alca e o neoliberalismo.

Os corredores e salas de aula da Universidade de Buenos Aires (UBA) transbordaram de informações e da indignação do povo argentino. O modelo econômico que, na Argentina, em duas décadas, promoveu um salto de 6% para 53% no percentual de pobres da população, foi denunciado como o grande responsável pela crescente miséria no planeta. A união dos povos latino-americanos, apontada como a única saída para quem suporta, drama-

ticamente, as consequências de muitas décadas de isolamento. Uma alternativa que vem sendo amadurecida em diversos fóruns temáticos continentais, desde o 2º Fórum Social Mundial. Depois da Argentina, estão na agenda do movimento antiglobalização os fóruns da Ásia, Europa e Israel. Todos são preparatórios à terceira edição do já histórico Fórum de Porto Alegre, em janeiro de 2003.

Nestes eventos pelo mundo afora, povos excluídos de todo o planeta vão estreitando os laços e elegendo consensos para a construção de um programa mínimo, que deverá ser a semente de um efetivo contrapoder global. O Fórum Social da Argentina mostrou as feridas de um país devastado pela política imperialista dos Estados Unidos e de seus aliados na Europa e na Ásia. Mas, acima de tudo, contribuiu para a construção de alternativas. Em janeiro de 2003, novas propostas estarão chegando a Porto Alegre, a partir de fóruns como este; mostrando que a construção de um mundo melhor já é, hoje, uma prática.

Protecionismo agrícola

O editorial do Le Monde de 31 de agosto afirma que os belos discursos que os representantes dos países ricos têm proferido na Cúpula da Terra em Johannesburgo "caracterizam-se acima de tudo pela hipocrisia". Segundo o jornal, "se os ricos – os Estados Unidos, a Europa, o Japão – quisessem realmente ajudar os pobres (o Sul) – e sobretudo a África – a trilhar os caminhos de um desenvolvimento duradouro, eles sabem perfeitamente o que eles precisam fazer: eliminar, progressivamente, as subvenções que eles distribuem para os seus próprios agricultores". Para Le Monde, os países do Sul estão exigindo em vão essas mudanças em Johannesburgo, enquanto o Norte, movido por "uma irresponsabilidade criminosa", se recusa a atender esses pedidos. "A administração Bush, em completa contradição com o credo que preconiza o livre mercado que constitui a própria base de sua plataforma política e econômica, acaba de obter a aprovação pelo Congresso americano de uma 'farm bill' (lei sobre a 'conta agrícola') que faz subir um pouco mais alto ainda a montanha de subvenções que os Estados Unidos distribuem para os seus agricultores".

Protecionismo agrícola II

Os números são aterradores. "O montante cumulado das subvenções agrícolas que a Europa e os Estados Unidos distribuem anualmente para o seu setor agrícola respectivo estaria acima de US\$ 350 bilhões. Esse valor é sete vezes mais alto que o montante total da ajuda pública do Norte para o desenvolvimento do Sul. Nesse caso, a irracionalidade chega às raias do absurdo: uma análise da evolução dessa tendência indica que o montante das subvenções está crescendo na medida que o seu destinatário, a população agrícola do Norte, está diminuindo! O sistema é de uma perversidade diabólica. A profusão e a generosidade das subvenções estimula a produção em excesso. Esses produtos excedentes são liquidados a baixos preços nos mercados mundiais, e principalmente no terceiro mundo. Em consequência, as agriculturas da África e de uma parte da Ásia estão moribundas por não poderem enfrentar a concorrência dessas exportações agrícolas oriundas do Norte e vendidas aquém de seu preço de custo graças às subvenções... A carne vinda da União Europeia que é derramada sobre os mercados dos países do oeste da África reduz à miséria inúmeros criadores locais; o algodão americano, por sua vez, produzido a um custo três vezes mais elevado que o da África, tem os mesmos efeitos, etc."

Risco à saúde

Segundo a Agência Carta Maior, o presidente do Conselho Regional das Farmácias do Rio Grande do Sul, Nataniel Schostack disse concordar com o resultado da sindicância sobre a implantação de farmácias de manipulação no Estado, nos anos de 1997 e 1998, que enquadrou o ex-governador Antônio Britto em atos de improbidade administrativa. Para Schostack, as farmácias públicas municipais de manipulação criadas durante o governo de Britto operavam de forma irregular e colocavam em risco a saúde dos cidadãos. Gilberto Barichello, secretário substituto e assessor jurídico da secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, chama a atenção para o fato de o projeto ter sido liberado infringindo várias leis, como a ausência de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – órgão do Ministério da Saúde. Outra irregularidade apontada por Schostack era a falta de responsáveis técnicos nos estabelecimentos, que é obrigatória. Os projetos das farmácias públicas municipais de manipulação também não eram aprovados pela Vigilância Sanitária do Estado, através do Serviço de Engenharia e Arquitetura, que analisa a adequação às normas sanitárias vigentes, baseadas em legislações federais bastante rigorosas.

Shell denunciada na Rio + 10

A Shell é acusada pelo Greenpeace durante a Cúpula Mundial para Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) de contaminar o solo e a água na região de Paulínia, interior de São Paulo. A ONG ambientalista embasa a denúncia no Relatório de Crimes Ambientais Corporativos, concluído pelo Greenpeace Internacional em junho deste ano. Além do caso de Paulínia, a Shell está envolvida em mais seis episódios de crimes ambientais no Brasil, dentre eles o da Vila Carioca, em São Paulo, que também será denunciado na Conferência. Exames da Universidade Estadual Paulista (Unesp), realizados em agosto do ano passado, comprovaram que 86% da população vizinha à fábrica possuía metais tóxicos no organismo. O estudo foi contestado pela Shell que considerou os dados inconsistentes e incompletos. Durante a Rio + 10, em Johannesburgo, a Shell integra o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), junto com mais 60 grandes empresas.

ALÉM DA ALCA

Crises na Argentina e Colômbia são lado real do neoliberalismo

A parcela da sociedade argentina que defendeu o discurso favorável à privatização das empresas estatais é justamente a mais afetada pela crise econômica sem dimensões vivida hoje pelo país. A informação é da sindicalista Yamile Socolovski, da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), que esteve em Porto Alegre dia 3 de setembro a convite da Adufrgs para falar sobre a situação argentina. O debate, do qual participou também o advogado da Comissão em Defesa dos Direitos Humanos da Colômbia, Pietro Alarcon, ocorreu na Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs e teve os estudantes como platéia principal.

Depois de exibir um vídeo com imagens das manifestações populares desde o dia 20 de dezembro passado – quando Fernando de La Rúa renunciou –, Yamile contou o que viu e viveu nos últimos meses na Argentina. Falou sobre a origem da crise, fazendo uma retrospectiva desde o governo militar. O depoimento da sindicalista apontou para um risco semelhante que o Brasil corre, caso o processo de privatização não seja barrado urgentemente e retomado o desenvolvimento econômico do país.

O discurso político que levou a Argentina ao caos é o mesmo aplicado pelo atual governo brasileiro. “O Estado se retira do serviço público, sucateia-o para depois justificar a privatização”, observou Yamile. Dentro desse contexto, vale lembrar que a crise no setor de energia do Brasil já é um dos primeiros reflexos negativos, que pode se perpetuar nas de-

mais áreas privatizadas e conduzir o país pelo mesmo caminho trilhado pela Argentina. Segundo a sindicalista, a situação caótica está conduzindo o povo a pensar e tomar posições inéditas como pedir a reestatização dos serviços.

Os depoimentos mostrados no vídeo “O Panelaço - A rebelião argentina” revelam um país ainda mais acabado do que mostram os noticiários brasileiros. São



Yamile Socolovski



Pietro Alarcon

pessoas de classe média quebrando caixas eletrônicos de bancos, piqueteiros usando estilingues e manifestantes sendo espancados pela polícia. Para o argentino os inimigos são os mesmos do Brasil: o FMI, as multinacionais e as oligarquias. Mas a total desilusão do povo, que acreditou no governo com a retomada da democracia depois da ditadura militar, é um dos aspectos mais impressionantes e tristes da realidade atual da Argentina. “A eleição será parcial, o que significa que, mesmo que vença um candidato da esquerda, este terá todo o Congresso contra ele”, observou Yamile.

que quem possui a tecnologia para fabricação de cocaína e outras drogas derivadas da folha de coca são, principalmente, os Estados Unidos, que ironicamente se propõem a combater o narcotráfico na Colômbia. Segundo ele, o país não tem perspectiva de melhora. “Com Pastrana vivemos o neoliberalismo e um processo fracassado de paz. Agora com Uribe temos uma proposta de guerra”. Diante de uma realidade comum, Alarcon acredita que a única saída para os países da América Latina é a união contra as imposições dos Estados Unidos e demais países ricos.

Alca e Plano Colômbia

Convidado para falar sobre o Plano Colômbia II, o advogado Pietro Alarcon, lembrou que este, na verdade, tem uma dimensão continental e não está apenas direcionado à Colômbia, mas a toda a América do Sul. “O Plano Colômbia e a Alca são frutos de uma decisão política para suprir as necessidades dos Estados Unidos. Uma reorientação estratégica política e econômica, diante da ameaça da União Europeia e do Japão”, analisou. Para Alarcon todas essas iniciativas do governo norte-americano, assim como os ataques ao Afeganistão e ao Iraque e as intervenções militares em países da Ásia e África fazem parte da mesma estratégia de dominação.

Ele enumerou como principais inimigos dos Estados Unidos os professores universitários, os estudantes, os agricultores que cultivam a coca, os defensores dos direitos humanos e os religiosos engajados nas lutas sociais. O advogado lembrou

JURÍDICO

A assessoria jurídica retoma a prestação de atendimento ao cliente. Neste sentido, com a finalidade de aprimorar e qualificar o atendimento, ressalta que os associados da Adufrgs terão acesso direto às informações que desejarem em duas oportunidades: 1) nos plantões diários e 2) nos atendimentos com hora marcada.

Com relação aos plantões diários, os horários disponíveis para o cliente sócio da Adufrgs serão de segundas a quintas-feiras das 14 horas às 16 horas. Nesta oportunidade, os docentes poderão obter informações acerca do andamento do seu processo, perspectivas de ganho, etapas atualizadas do andamento processual, previsão para pagamento dos valores inscritos em precatório, e tudo mais o que desejar saber a respeito das ações ajuizadas em seu nome ou daquelas ajuizadas em nome da entidade.

No plantão de atendimento, que estará sob a responsabilidade não mais de estagiários, mas exclusivamente de advogados residentes, o docente poderá dirigir-se ao escritório para receber a informação desejada, ou ainda obter a referida informação via telefone. Nos casos específicos de informações acerca de valores a serem recebidos nas ações judiciais, deverão comparecer ao escritório, munido de sua carteira de identidade.

Ainda assim, o docente que desejar informações jurídicas não somente sobre andamentos processuais de ações já ajuizadas, mas da possibilidade de ajuizamento de uma nova ação, poderá recorrer ao atendimento com hora marcada. Com relação ao atendimento com hora marcada, existem duas opções:

- **Terças-feiras**, das 14h às 17h. Local de atendimento: escritório (horário marcado previamente com a recepção do escritório); Telefone: 3211.2111
Rua dos Andradas, 1001, 12º andar

- **Quartas-feiras**, das 09:00h às 11:30h. Local de atendimento: sede da Adufrgs (horário marcado previamente com a secretaria da Adufrgs); Telefone: 3228.1188
Rua Otávio Corrêa, 45.

A equipe que atenderá exclusivamente os docentes da Ufrgs, e que constitui o Gabinete Adufrgs, é a seguinte:

Cynthia Ortigara
Advogada Coordenadora

Alexandre Luiz Slomp
Advogado Residente

Rafaela Magalhães Gil
Advogada Residente

Miriam de Oliveira Fortes
Estagiária

Os advogados que prestarão as informações através dos plantões diários (2ª a 5ª feiras das 14h às 16h) serão Alexandre Luiz Slomp e Rafaela Magalhães Gil. Os clientes que preferirem receber suas informações com agenda marcada serão atendidos por Cynthia Ortigara, nas terças e quartas-feiras nos horários acima referidos.

**Cynthia Ortigara Coelho, Silveira,
Bordas & advogados associados**

PETROBRÁS

Suspensa troca de ativos com Repsol

O Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetro/RS) conseguiu na Justiça liminar que impede a troca de ativos entre a Petrobrás e a hispano-argentina Repsol-YPF. O negócio foi fechado às vésperas do colapso argentino, três dias antes da renúncia do ex-presidente Fernando De La Rúa, e no final do mandato do então presidente da Petrobrás, Philippe Reichstul. A negociação gerou suspeitas em função da falta de auditoria para avaliar as empresas em questão e ainda pelo momento político e econômico em que o negócio foi fechado. “Com a liminar, impe-

dimos pela segunda vez o crime de lesapátria representado pela troca de ativos. A estratégia de criar e vender subsidiárias é a forma encontrada pelo governo FHC para privatizar a Petrobrás”, aponta o presidente do Sindipetro/RS, Dary Beck Filho.

A avaliação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), que integra o processo, denuncia que o patrimônio negociado pela Petrobrás foi subavaliado. Há uma diferença de R\$1,19 bilhão entre o laudo elaborado pela empresa Morgan Stanley Dean Witter, baseado apenas nas informações passadas pelas

direções da Petrobrás e da Repsol e o laudo da Aepet. A negociação entre a Petrobrás e a Repsol vinha acontecendo sem o parecer da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Esses órgãos serão alertados, além das juntas comerciais nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre a nulidade da troca de ativos entre Petrobrás e Repsol. Essa é a segunda liminar conquistada pelo Sindicato, o que indica que os petroleiros estão no caminho certo, embora a direção da empresa ainda possa entrar com recurso.

FÓRUM DA ARGENTINA

Movimento social ganha identidade



Anti-imperialista

Antiglobalização

Antimilitarista

Fotos Cristina Lima

O movimento social global consolida uma identidade própria e avança na construção de um "Programa Mínimo", cujas principais características são a luta antimilitarista, antiglobalização neoliberal e anti-imperialista. O risco apontado pelo sociólogo belga François Houtart, de que o Fórum Social Mundial (FSM) poderia se transformar em uma mera "feira de alternativas", é cada vez menor. Ao contrário. Eventos regionais, como o Fórum Social Temático da Argentina, que aconteceu de 22 a 25 de agosto em Buenos Aires, mostram um avanço qualitativo na luta por uma globalização solidária. Mas não é só o combate ao modelo neoliberal que aproxima ativistas sociais de todo o planeta. A defesa de uma globalização construída nos marcos da reciprocidade e da solidariedade, da paz mundial e de um projeto de desenvolvimento sustentável, que respeite o meio ambiente e as diferenças culturais e regionais, tam-

bém estão na agenda que unifica os movimentos articulados em fórum do FSM.

Os quatro dias de debates e protestos em Buenos Aires mostraram um estreitamento das relações entre os movimentos sociais e o consequente fortalecimento das lutas contra as políticas imperialistas no continente, especialmente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Considerada pelo dirigente indígena boliviano Evo Morales "um acordo para legalizar a colonização das Américas", a Alca esteve presente em todos os debates realizados na capital argentina.

O Fórum da Argentina consolidou a idéia de que as lutas sociais em países diferentes fazem parte da mesma disputa global contra um modelo perverso que também age e tem consequências globais. Enquanto na América Latina os esforços estão concentrados no combate à Alca, na Ásia a prioridade é barrar o processo crescente de militarização, intensificado pelos Estados Unidos após o 11 de setembro. Enquanto na Europa o movimento antiglobalização enfrenta o reaparecimento de ideologias fascistas, decorrente do fracasso do modelo neoliberal, na África a exclusão de milhões de seres humanos exige a formulação de alternativas políticas e econômicas imediatas. Ainda que centrados em questões regionais, o que estes movimentos têm em comum é o reconhecimento da necessidade de construir um contrapoder global, capaz de fazer frente à dominação dos Estados Unidos e de seus aliados na Europa e na Ásia.

Unidos após o 11 de setembro. Enquanto na Europa o movimento antiglobalização enfrenta o reaparecimento de ideologias fascistas, decorrente do fracasso do modelo neoliberal, na África a exclusão de milhões de seres humanos exige a formulação de alternativas políticas e econômicas imediatas. Ainda que centrados em questões regionais, o que estes movimentos têm em comum é o reconhecimento da necessidade de construir um contrapoder global, capaz de fazer frente à dominação dos Estados Unidos e de seus aliados na Europa e na Ásia.

A decisão de levar o espírito de Porto Alegre para outros lugares do mundo, através de fóruns regionais e temáticos, vem do primeiro Fórum Social Mundial. O encontro da Argentina representou a concretização desta meta. No mês de novembro, em Florença, acontece o Fórum Social Europeu e, em janeiro de 2003, na Índia, o Fórum Social Asiático.

EVO MORALES



A conferência do dirigente indígena boliviano Evo Morales foi um dos momentos mais aguardados do Fórum Social Temático da Argentina. Morales, que acabou em um surpreendente segundo lugar nas eleições presidenciais da Bolívia, disse que o capitalismo representa uma ameaça para a humanidade e o meio ambiente, condenou a política imperialista dos Estados Unidos e defendeu um modelo de desenvolvimento baseado na reciprocidade e na solidariedade.

"Capitalismo é uma ameaça à humanidade e ao meio ambiente"

"A folha de coca ainda vai ser o símbolo da unidade boliviana"

"A luta social na Bolívia, nas décadas de 60 e 70, foi sustentada principalmente pelos trabalhadores mineiros que, através de suas reivindicações econômicas, enfrentaram ditaduras militares e governos civis que implementaram políticas neoliberais no país. Como aconteceu em outros países da América Latina, a hegemonia dessas políticas acabou por debilitar a força dos trabalhadores e o movimento social boliviano passou por um período de grande refluxo. A retomada das mobilizações sociais só foi acontecer com o surgimento dos movimentos de campesinos e indígenas, que começaram a bloquear estradas e ir para as cidades em defesa da sua sobrevivência e de suas reivindicações. A mobilização contra a privatização da água em Cochabamba foi um exemplo disso.

"Os cocaleros são uma síntese da pobreza na Bolívia. A partir de 1988, os companheiros do altiplano resolveram deixar suas terras para protestar nas cidades. Des-

de essa época, sou um dirigente dessa luta. Suportamos muitos massacres e identificamos nossos inimigos: os partidos conservadores, aliados do imperialismo norte-americano. A partir daí, vimos que era importante fortalecer nossa organização. Tivemos importantes avanços. Hoje tenho a convicção de que, um dia, a folha de coca vai ser o símbolo da unidade nacional. Ela representa a essência da cultura que vem lutando há séculos contra a invasão da cultura ocidental. A folha de coca é o nosso símbolo, contra o dólar, símbolo da invasão da cultura ocidental e da destruição que ela causou entre nosso povo".

"EUA poderiam combater o narcotráfico controlando os segredos bancários"

"Nós sabemos, na Bolívia, quem são os inimigos: todos aqueles que estão a favor da ALCA, que é um Acordo para Legalizar a Colonização das Américas".

"Os EUA estão dispostos a tudo para impor este acordo. Através da chamada lu-

ta contra o narcotráfico, eles confundem a folha de coca com a cocaína, os produtores de coca com os narcotraficantes. É preciso perguntar por que não há luta contra o narcotráfico nos Estados Unidos. Eles poderiam lutar contra o narcotráfico simplesmente controlando os segredos bancários. Mas isso não lhes interessa, pois revelaria quem de fato são os envolvidos com o narcotráfico. "Estamos comprometidos com a defesa da terra, da água, dos recursos naturais. As desordens climáticas verificadas atualmente em todo o planeta – e mais recentemente na Europa – são um claro produto do atual modelo de industrialização. Nós estamos comprometidos a produzir nos marcos da reciprocidade e da solidariedade. Estou convencido que o sistema capitalista não oferece solução para a humanidade. Eles dizem que o comunismo é uma ameaça para a humanidade. Quando vejo a atual situação do planeta, com cada vez mais pobres e destruição ambiental, fico cada vez mais convencido que é o capitalismo o verdadeiro inimigo da humanidade e do meio ambiente".

MOVIMENTO SINDICAL

“É preciso se integrar à produção de alternativas”

Os anos de neoliberalismo produziram uma classe trabalhadora precarizada, diferente da que existia antes dos anos 80 ou 90. O problema é que isso tem um impacto até mesmo na consciência de classe, afinal, há hoje uma juventude que não chegou nem a conhecer direitos que existiam antes. A observação é do dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

são de Mercosul e Alca etc, ampliando o movimento pela construção de um outro modelo de sociedade”, explicou.

“A vitória de Lula será um desafio para toda a região”

O sindicalista uruguai Lalo Fernández, da PIT-CNT, acredita em uma mudança radical no continente caso o PT vença as eleições no Brasil. “A vitória de

que saber o que querem do mundo, não apenas de suas realidades mais imediatas. “Temos que decidir uma alternativa para a Alca, por exemplo, porque precisamos de mudanças a partir de proposições não de negações. Estamos numa região do planeta com água, comida, terra, com riqueza suficiente para tomar para si um papel civilizador. E isso, sim, é revolucionário”, afirmou.



Rafael Freire



Lalo Fernandes



Pedro Waresco

Fotos Cristina Lima

Rafael Freire, que falou no painel “O Papel do Sindicalismo no Movimento Global contra o Neoliberalismo”. O painel reuniu trabalhadores de diversos países da América do Sul na Universidade de Buenos Aires (UBA). O encontro contou com dirigentes sindicais do Brasil, Uruguai, Argentina, Colômbia, Panamá e Peru.

Com essas mudanças, a juventude chega à cena das lutas de forma diferente. O problema, lembra Freire, é que boa parte desse movimento de jovens não acredita em sindicatos ou partidos políticos, devido ao fato de que um setor do sindicalismo “burocratizou a luta sindical em função de sua proximidade com os governos”. Isso teria causado um desencanto com o sindicalismo, entre os novos integrantes das lutas por transformações sociais, não só no Brasil como em diversos outros países.

Se o movimento sindical, sozinho, não tem condições de mudar a realidade em que se encontra, depende de outros setores dos movimentos sociais. Segue daí a importância de se fazer “alianças sociais”. É preciso que os sindicatos se integrem à produção de alternativas, o que impõe uma mudança de agenda sindical. “Temos que tratar de demandas não só imediatas de trabalho, mas de saúde, macroeconomia, passando pela discussão

Lula será um desafio para toda a região”, afirma, salientando que a crise no Uruguai se deve à crise do sistema que afeta também o Brasil, a Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e outros. “Por causa disso é fundamental pensar com uma cabeça global, porque os problemas não são meramente locais”, disse.

Dentro deste debate, muda o papel do movimento sindical, que deve pensar as transformações, respeitando as culturas. “Por isso, não podemos organizar o movimento sindical no Uruguai da mesma forma que no Brasil. São experiências completamente diferentes, até pelo número de 170 milhões de brasileiros. Então, por isso, não podemos decretar as mudanças e sim construí-las”.

“AL tem riqueza suficiente para um papel civilizador”

A reflexão sobre as possibilidades do movimento sindical passa pela pergunta sobre o próprio conceito de estado-nação. No mundo globalizado, os trabalhadores precisam também globalizar suas lutas. “O estado-nação existe em função da realidade do século XIX. Pensar no mesmo esquema é como pensar o mundo daquele tempo. Uma mudança só é possível se é global”, afirma Pedro Waresco, da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA). Por isso, os trabalhadores têm

2º FME

“Escola pública é a que está a serviço do povo”

“Uma escola, por mais que seja gratuita, se não está a serviço do povo não é pública”. A definição da educadora argentina Marta Maffei, da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (Ctera), marcou o lançamento da segunda edição do Fórum Mundial de Educação, dia 23 de agosto, no Fórum Social Temático Argentino, em Buenos Aires. Marta também disse que a educação pública é um instrumento de cidadania e que o “claro fracasso civilizatório do neoliberalismo” tem como um de seus grandes emblemas a destruição da educação. Frente ao neoliberalismo, “o hospital e a escola pública eram as únicas manifestações do estado na vida dos cidadãos, mas agora este estado se ausentou por completo”, disse a educadora. Por isso, a saída para um país devastado pelo neoliberalismo, como a Argentina, passa pela reconstrução desses espaços em que havia a presença do Estado.

Conforme o secretário municipal de Educação, Eliezer Pacheco, o lançamento significou um ato de solidariedade ao povo argentino, além de mundializar o evento que teve sua primeira edição em outubro do ano passado. Também participou do lançamento na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA), Fernando Rodal, da Federação de Educadores Americanos.

JUVENTUDE

Um miniacampamento em Buenos Aires

A Plaza Houssey, em frente aos prédios da Universidade de Buenos Aires (UBA), esteve tomada durante quatro dias por um clima bem próximo ao do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Música brasileira, bancas de material de divulgação e até churrasco deram um ar festivo ao evento que discutiu o impacto do neoliberalismo na Argentina. O Comitê de Juventude do Fórum montou um miniacampamento na praça para divulgar o evento que se realiza de 18 a 29 de janeiro de 2003 na capital gaúcha. Ao todo, 17 jovens brasileiros participaram. Seis levaram barracas.

Júlia Coelho, da organização do 3º Acampamento da Juventude, explicava aos interessados que desta vez o acampamento integrará as atividades do Fórum Mundial de Educação, durante seus cinco primeiros dias. Ao todo, somando 2º FME e 3º FSM, os organizadores esperam receber 30 mil jovens. Isso dentro da expectativa de alguns organizadores de que cem mil pessoas participem do próximo Fórum Social Mundial. Na primeira edição, 2.500 jovens acamparam no Harmonia. No segundo, foram 15 mil. Desta vez, a área será ampliada e cobrirá a saída da Usina do Gasômetro por boa parte da orla do Guaíba até o Anfiteatro Pôr-do Sol. Alguns dos espaços também terão atividades oficiais do Fórum Social Mundial, principalmente no eixo de Economia Solidária.



Cristina Lima

EDUCAÇÃO

Programas de governo não apontam soluções práticas

No Rio Grande do Sul, os programas de educação dos quatro principais candidatos ao governo do Estado propõem "maravilhas" que nem mesmo países como Dinamarca e Suécia conseguiram alcançar. A avaliação é da cientista política e professora da Ufrgs, Célio Pinto, para quem as escolas estão mais voltadas a capacitar o aluno para o mercado de trabalho do que a ensiná-lo a compreender o contexto em que vive.

Maricélia Pinheiro

Obs.: resumo dos programas

Germano Rigotto

Ensino fundamental

- Promover políticas de renda mínima, associadas à freqüência escolar da população de 7 a 14 anos, no ensino fundamental, e a ações sócio-educativas, articulando-se com o governo federal e Municípios para implementação do Programa Bolsa Escola no RS
- Encaminhar iniciativas visando a implantação gradual da jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, como prevêem a LDB e o PNE, na proporção em que se for reduzindo a matrícula total nesse nível de ensino.

Ensino médio

- Ampliar a oferta de vagas no ensino médio na rede estadual de ensino, na proporção de pelo menos 10% ao ano nos próximos quatro anos.
- Diversificar a oferta de cursos de ensino médio de modo a garantir sua universalização, inclusive com a combinação de ensino presencial com formas de educação à distância, sem perda do padrão de qualidade dos cursos regulares.

Educação profissional

- Aumentar os investimentos na educação profissional, por meio de maior aporte de recursos do Tesouro e provenientes de parcerias com o governo federal, Municípios e ONGs, visando melhorar as instalações e equipamentos das escolas que não estão contempladas pelo Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep.
- Apoiar a diversificação da oferta de cursos de educação profissional voltados a atender as demandas regionais de qualificação e requalificação de mão-de-obra, de acordo com as vocações e planejamento estratégico das micro e macro regiões do Estado.

Qualidade da educação escolar

- Investir na qualificação dos professores com foco na aprendizagem do aluno.
- Promover o estudo, aplicação e reavaliação constante das diretrizes curriculares para o ensino fundamental e médio.
- Dotar progressivamente os espaços pedagógicos com novas tecnologias.
- Realizar concurso público para o magistério estadual.

- Retomar e consolidar o processo de avaliação externa da aprendizagem de alunos no RS.

Educação Superior

- Reestruturar a Uergs, por meio da realização de concurso público para seus professores e servidores, de modo a despartidarizar seu quadro funcional.
- Redimensionar os cursos oferecidos pela Uergs de modo a atender, prioritariamente, áreas de interesse da sociedade, voltadas à geração de emprego e às necessidades de formação de quadros para o setor público, notadamente para a segurança, saúde e educação.
- Consolidar o Procred, ampliando os recursos a ele destinados no orçamento do Estado e o número de alunos beneficiados.

Valorização do magistério estadual

- Desenvolver ação articulada com a Uergs e outras instituições de educação superior, para oportunizar formação superior em cursos de licenciatura para os professores ainda sem esse nível de habilitação.
- Priorizar a formação continuada do magistério, articulada com a avaliação externa do rendimento escolar do aluno e a melhoria da qualidade do ensino.
- Promover debate sobre a necessidade de atualização da carreira do magistério, para adequá-la à LDB de 1996 e viabilizar melhoria na estrutura de remuneração e recomposição do valor real dos vencimentos dos professores.
- Respeitar a autonomia das entidades sindicais, não promovendo seu atrelamento ao governo e/ou ao partido do governo.

Financiamento da educação

- Aplicar o mínimo de 35% da receita de impostos do Estado em despesas com ensino, conforme dispõe a Constituição Estadual.
- Regularizar o funcionamento do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, de forma a garantir transparência nas despesas com o ensino.
- Buscar recursos novos junto ao governo federal e a organismos internacionais para financiamento da educação pública no RS.

Antônio Britto

- Mudança radical para a conquista de um outro patamar técnico-social.
- Recuperação da qualidade do ensino público através da interlocução permanente com os mais diversos setores da sociedade.
- Desenvolvimento de escolas pólo de referência, em turno integral, na educação básica, nas diferentes modalidades de ensino. Essas escolas terão alimentação, atendimento à saúde e atividades esportivas e culturais.
- A educação pré-escolar será assegurada a todas as crianças necessitadas, de 0 a 6 anos, incluindo também alimentação e assistência médica.

- Desenvolvimento de programas para a erradicação do analfabetismo, inclusive o funcional.
- Ampliação do ensino profissionalizante, com a transformação de, no mínimo, cinco escolas estaduais em Centros Regionais de Educação Profissional.
- Retomada da política de educação profissional iniciada pela Superintendência de Ensino Profissional (Suepro) para garantir a formação continuada, com oferta de cursos de formação de nível técnico e de qualificação, observadas as demandas sociais e profissionais.

- Será incentivado, mediante parcerias de setores públicos e privados, a produção de programas Educação à Distância, para ampliação da oferta de educação profissional permanente à população economicamente ativa.

- Implantação de cursos técnicos conforme a vocação da região, com laboratórios completos e modernos.
- Estimular a articulação do sistema de Educação Profissional com a Secretaria do Trabalho, organizando em Programas de Qualificação Profissional, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a fim de associar postos de trabalho à qualificação.

- Transformar o Estado em centro de excelência em modalidades esportivas para os quais é vocacionado ou tem projetos e atletas diferenciados, fazendo do esporte um fator de integração social e de combate à exclusão.

- Criação de laboratórios de informática nas escolas, possibilitando a capacitação dos alunos e professores na ampliação do acesso aos meios de conhecimento e formas contemporâneas de linguagem.

- Será instituído um programa progressivo de informatização das escolas e do ensino, além de buscar, junto ao Programa de Extensão Profissional (Proep), unidades móveis para ofertar cursos de informática a jovens para que, até 2006, 90% dos jovens gaúchos entre 18 e 20 anos tenham domínio da informática.
- Os alunos com defasagem de aprendizagem terão programas específicos nas escolas da rede pública, assim como aqueles que aspiram ingressar no ensino superior.

Combate à violência

- Criar programas de prevenção a todas as formas de violência: uso de drogas, gravidez precoce, abuso sexual, prostituição, delinqüência juvenil, destruição do meio ambiente, violência no trânsito, transgressão da lei, entre outras, envolvendo toda a comunidade escolar, a família, os órgãos de Segurança Pública, da Saúde e organizações sociais.
- Revitalizar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (Proerd), por meio da capacitação de 400 policiais militares/ano, de modo que anualmente sejam atendidas 1.200 escolas e 80 mil alunos.
- Ampliar a atuação da Patrulha Escolar, de modo que em quatro anos, no mínimo, 1.200 escolas, preferencialmente as consideradas inseguras ou com índices de insegurança consideráveis, sejam atendidas por esse programa.

Avaliação do ensino

- Aplicar instrumentos capazes de medir periodicamente o desempenho das escolas públicas de educação básica e as competências desenvolvidas pelos alunos.
- Realização de concursos públicos setorializados para seleção de professores, com provas de conhecimento específico na disciplina que irá ministrar.
- Capacitação, a cada ano, de 10% de professores multiplicadores do ensino fundamental, abrangendo as diferentes regiões do Estado para que, ao final dos quatro anos de governo, todas as escolas incluam em suas atividades permanentes trabalhos com temas relacionados à valorização da vida e ao combate a todas as formas de violência.
- Garantia de programa permanente de atualização dos professores da rede estadual de ensino.

Em uma análise dos programas oficiais dos candidatos Tarso Genro, Antonio Britto, Germano Rigotto e Celso Bernardi, os quatro mais cotados para ocupar o Piratini, a cientista política Célio Pinto ressalta um certo descompromisso com a realidade, na medida em que “os projetos contemplam todos os aspectos, mas não apontam políticas focais que resolvam questões prementes”. O mais “surpreendente”, na opinião de Célio, é o de Antonio Britto, que propõe uma “mudança radical para a conquista de um outro patamar técnico-social”. “Parece que ele vai inaugurar um sistema de educação em um deserto, onde não existe nenhum outro”, avalia. Uma proposta inviável, segundo ela, uma vez que o Estado já possui uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, que deve ser aproveitada.

Nos programas de Celso Bernardi e Germano Rigotto, Célio destaca uma ênfase exagerada para a tecnologia, como instalação de laboratórios de informática e ensino à distância, não levando em conta o altíssimo custo. “Não dizem onde vão encontrar dinheiro para cumprir essas promessas. A tecnologia do ensino à distância é caríssima e sabemos que os recursos públicos são escassos”, observa. Para a cientista política, vive-se hoje na educação o mito das novas tecnologias, que tem um “efeito enfeitiçador” sobre as pessoas, mas que na verdade se constitui em uma “falá-

cia política” e está longe de ser uma solução para os problemas educacionais no Brasil. “São coisas que dizem na época de eleição e quem está de fora do processo acha tudo possível e maravilhoso”, alerta.

Célio Pinto observa ainda que nenhum dos quatro programas apresenta propostas viáveis para a alfabetização e afirma que, no Brasil, apenas os jovens de classe média têm acesso a uma educação de qualidade e se preparam de fato para a universidade. “A classe popular tem sido vítima, ao longo dos anos, de experiências de sucessivos governos, assessorados por intelectuais da área”, diz Célio. Apesar das tentativas, a professora observa que a escola pública não consegue se consolidar como um espaço atrativo para crianças e jovens, daí os grandes índices de evasão escolar, que têm como consequência o aumento da violência entre os jovens.

Uergs

A recém-criada Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) ganha capítulo especial em todos os programas, exceto no do candidato Britto, que ignora a existência da recém-criada instituição. Para Célio Pinto, o fato de Bernardi e Rigotto, como adversários do atual governo, reconhecerem a importância da universidade estadual é um bom sinal. Ela ressalta que a realização de concurso público, previsto no programa de Tarso Genro, é

fundamental e significa o início do caminho para a autonomia. “A universidade pública não pode estar a serviço de um governo ou de um partido”, diz.

Municipalização

Para os professores da rede estadual de educação, uma vitória de Britto significa a volta da municipalização do ensino, um retrocesso na visão geral do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpergs-Sindicato). Foi durante o mandato de Antônio Britto, de 1995 a 1998, que a categoria viveu uma das fases mais incertas, com a transferência das escolas em bloco para o poder municipal e demissões em massa através do PDV (Plano de Demissão Voluntária). Segundo a vice-presidente do Cpergs, Neida Oliveira, o processo de municipalização é uma forma de “diminuir o tamanho da responsabilidade do estado e exterminar o serviço público”.

No governo Olívio Dutra, esse processo foi barrado e o Estado tentou recuperar o déficit de professores – cerca de 12 mil – através da realização de concurso público e voltou a investir na rede estadual de ensino. Com isso, diz Neida, a categoria pôde avançar em suas reivindicações, conseguindo 14% de reajuste salarial, além de 25% parcelados, a partir da greve de 32 dias em 2000. Para a sindicalista “os governos populares proporcionam um cenário mais favorável às lutas”.

Célio Pinto: vive-se hoje na educação o mito das novas tecnologias, que tem um “efeito enfeitiçador”

Em debate promovido pelo sindicato no dia 30 de agosto no Ginásio Tesourinha, o candidato Britto não compareceu. Bernardi prometeu reajuste salarial a cada seis meses de acordo com a inflação e aumento de 25% a cada ano, como forma de recuperar os salários da categoria. Perguntado sobre qual seria a fonte de recursos para promover tais reajustes, disse que “não autorizava” ninguém a duvidar da palavra dele. Como os demais, Rigotto prometeu transparência e diálogo com as entidades representativas e garantiu que não irá retirar conquistas, mas apenas acrescentar. Tarso Genro assegurou que continuará investindo na rede pública e seguirá a mesma linha do atual governo.



Celso Bernardi (PPB)

Escola da Comunidade

- A escola tem que ser da comunidade, cabendo ao governo prover seus recursos financeiros, o que significa que cada escola será gestora dos recursos repassados pelo governo.
- Fim da aprovação sem avaliações e do ensino ciclado, cuja consequência é o jovem sair da escola despreparado para o mercado de trabalho.

Crédito Educativo

- Aplicar, na íntegra, os recursos constitucionais vinculados ao Crédito Educativo, conforme o art. 201, § 3º da Constituição Estadual.

Integração do ensino com o meio e com outros setores

- Nas escolas do meio rural, viabilizar a inclusão de disciplinas relacionadas com o contexto.
- Proporcionar uma ação intersectorial da Educação com o Trabalho, a Ciência, a Tecnologia e o Esporte, de forma a assegurar a inserção do aluno na sociedade do conhecimento.

Reforma e ampliação do ensino profissionalizante

- Ampliar o número de escolas agrotécnicas de ensino profissionalizante.
- Proporcionar, através de exames de suficiência, a regularização profissional de pessoas que já atuem no mercado de trabalho.

Qualificação dos docentes

- Investir na capacitação dos profissionais de ensino, com o intuito de estender a escolaridade de ensino superior a todos os

professores regentes de classe do Estado.

- Investir em informatização, ensino à distância e demais tecnologias disponíveis.
- Instituir a Escola do Professor – através da Uergs e sob supervisão de um Conselho – com o objetivo de capacitar professores.
- Estabelecer um programa de qualificação de recursos humanos para os profissionais que atuam nas instituições de educação especial.
- Integrar esforços entre a Secretaria Estadual de Educação e as secretarias municipais de Educação, a fim de ampliar a educação especial na rede regular.

Educação de jovens e adultos

- Proporcionar educação de jovens e adultos, destinada a combater o analfabetismo na faixa populacional acima de 15 anos.

Educação à distância

- Promover a educação à distância, com interatividade, mediante a implantação de uma rede estadual a qual se integrem Universidades, Institutos de Ensino e Pesquisa, Unidades de Ensino etc.

Salário-educação

- Automatizar os repasses do salário-educação para os Municípios.
- Repassar recursos orçamentários para o transporte escolar dos alunos do ensino médio.

Segurança nas escolas

- Aumentar a segurança nas escolas através da ampliação do número de PMs residentes. Criar grupo de apoio para as escolas que enfrentam maiores riscos, com profissionais especialmente formados para exercerem esta tarefa.

Tarso Genro (PT)

Rio Grande sem analfabetos

- Mutirão para erradicar o analfabetismo será desenvolvido pelo Movimento de Alfabetização (Mova-RS), através da articulação entre governo, sociedade civil, entidades sociais e comunitárias e voluntariado.

Solidariedade aos Municípios no Ensino Fundamental

- Trabalho permanente em conjunto com as prefeituras para garantir a universalização do Ensino Fundamental, construindo alternativas para manter o aluno na escola e a sua efetiva inclusão social.

Democratização do acesso ao Ensino Médio

- Intensificar o processo de democratização e ampliação do acesso dos jovens e adultos ao Ensino Médio.

Formação e valorização profissional permanente

- Valorização dos trabalhadores em Educação, através da formação continuada. Avançar na melhoria das condições de trabalho, da remuneração e aperfeiçoamento das carreiras a partir do diálogo constante entre governo e entidades representativas.

Uergs - Universidade Estadual Pública e Democrática

- Consolidar a implantação da Uergs como uma instituição de vanguarda e caráter estratégico no ensino, na pesquisa e na produção de conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento e moderniza-

ção da matriz produtiva. Realização de concurso público, criação de novos cursos e ampliação de vagas.

Financiamento e recursos

- Ampliar os recursos para a educação através da substituição do Fundef por um Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, além de manter os 35% da Receita Tributária Líquida do Estado aplicados na educação.

Salário-educação

- Compromisso com a distribuição do salário-educação entre Estado e Municípios conforme a legislação estadual vigente, mais avançada que a federal. A Lei Federal 9.766/98 permite que 50% do salário-educação fiquem com o Estado, independente do número de alunos. No primeiro governo, o RS foi o primeiro Estado a distribuir o recurso de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental nas redes públicas municipal e estadual.

Transporte Escolar

- Manutenção de recursos e busca de sua ampliação, fazendo avançar o programa criado no governo Olívio Dutra. Articulação em todo o País para a aprovação de uma política nacional de financiamento do transporte escolar.

Merenda Escolar

- Redefinição de critérios para qualificação da merenda, com o resgate dos hábitos alimentares regionais e inclusão de gêneros in natura no cardápio.

MEIO AMBIENTE

Com fracasso de Johanesburgo, Porto Alegre será a Rio + 11

O fracasso da Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada de 26 de agosto a 4 de setembro, em Johanesburgo (África do Sul), pode ser medido por um simples fato: a maioria dos acordos firmados na Eco 92, outra grande reunião de cúpula realizada no Rio de Janeiro, não foi implementada até hoje. O principal deles é o Protocolo de Kyoto. Esse acordo estabelece metas para diminuir as emissões de gases que ampliam o efeito estufa e causam o crescimento do aquecimento global. O governo dos Estados Unidos é o principal obstáculo para que o documento seja assinado. E a reunião de cúpula de Johanesburgo só veio confirmar esse cenário. A Casa Branca simplesmente não reconhece o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", firmado na Eco 92, com uma maior obrigação para os países ricos.

A situação pode ser resumida de um modo bastante simples: os países mais ricos, aqueles que consomem a maior quantidade de energia e causam as maiores agressões ao meio ambiente, se recusam a adotar medidas que alterem seu modelo econômico altamente consumista e predatório. Para o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, a reunião de Johanesburgo mostrou claramente que os países ricos ignoram princípios básicos do multilateralismo, colocando em xeque conquistas fundamentais do Direito Internacional.

Segundo ele, "a primeira lição de Johanesburgo é que os países altamente desenvolvidos, agora governados pelos segmentos mais conservadores de suas elites, como o grupo republicano radical em Washington e alguns governos de direita e centro-direita na União Europeia, permanecem aferrados à sua estratégia fundamental sobre meio am-

biente e desenvolvimento e dela não pretendem se arredar".

Um modelo insustentável

Na avaliação do diplomata brasileiro, os principais objetivos dos governos destes países são preservar ao máximo seus níveis de consumo e seus métodos de produção, manter ou mesmo reduzir as transferências de recursos financeiros e tecnológicos para os países periféricos e consolidar um sistema de normas internacionais que mantenha abertas as economias periféricas para os bens, serviços e capitais dos países desenvolvidos. Além de procurar fortalecer esse modelo, esses países vêm tentando transferir a responsabilidade pela degradação ambiental do planeta para os países pobres. Exemplo disso foi a conferência do secretário norte-americano Collin Powell que responsabilizou governos de países africanos pelo problema da fome no continente.

"As elites desenvolvidas, com uma visão individualista de curto prazo, procuram transferir a culpa pelas agressões ao meio ambiente para os países periféricos. Na sua visão ideológica, a culpa da pobreza é dos pobres e a culpa do atraso social é dos atrasados, jamais de uma ordem mundial historicamente injusta", observa Samuel Guimarães.

Conseqüências para o Brasil

A Rio+10 teve efeitos praticamente nulos para a evolução das políticas ambientais no Brasil. Declarações de boas intenções, propósitos genéricos, metas vagas e quase nenhuma articulação política internacional deixaram evidente a incapacidade do governo brasileiro. Os países desenvolvidos a grandes produtores de petróleo recusaram a proposta brasileira de compromissos firmes de todos os países para ampliar a participa-

ção de fontes renováveis em suas matrizes energéticas. No momento em que o governo Bush desencadeia uma pesada ofensiva político-militar no maior centro produtor de petróleo do planeta, iniciativas como essa são motivos tanto de aplausos quanto de bocejos nas grandes conferências internacionais.

Se houve algum saldo positivo na reunião de Johanesburgo foi a percepção, por parte dos representantes dos movimentos ambientalistas, de que é preciso fortalecer a articulação política da sociedade civil. Esses movimentos parecem ter superado, definitivamente, a etapa das lutas específicas, percebendo que o sucesso de lutas como a da preservação das baleias, por exemplo, depende fundamentalmente de uma agenda política que ultrapassa a questão meramente ambiental.

Confirmado o fracasso da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, organizações não-governamentais e movimentos sociais do Brasil e de outros países decidiram fortalecer o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Segundo o coordenador do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento, Temístocles Marcelos, "Porto Alegre será a Rio+11, pois vamos provar que a má-vontade política demonstrada em Johanesburgo pelos poderosos não vai calar a voz da sociedade civil. Temos que construir a articulação das ONGs e movimentos na luta, de maneira a reverter as derrotas sofridas nesta cúpula. O FSM vai alargar nosso horizonte, transformando-se de vez em um polo de resistência internacional e colocando nossa luta em outro patamar".

Nas avaliações sobre o resultado da Rio+10, os representantes destes movimentos concordaram que o único avanço verificado em Johanesburgo foi o fortale-

cimento da articulação internacional entre as organizações que atuam na questão ambiental. Exemplo disso ocorreu entre as ONGs de língua portuguesa. A partir de uma iniciativa do Fórum Brasileiro de ONGs, reuniram-se representantes de movimentos do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A idéia é iniciar ainda este ano a construção de uma rede internacional de entidades e movimentos ambientalistas que se reúna periodicamente e estabeleça uma agenda mínima. A participação em reuniões de cúpula, como a de Johanesburgo, está sendo cada vez mais descartada.

As grandes empresas multinacionais e os governos dos países mais industrializados foram apontados como os grandes responsáveis pelo fracasso da Rio+10. E como são eles que definem os rumos da pauta política dessas conferências, é pouco provável que haja uma mudança significativa de cenário em curto prazo. Daí a decisão das organizações dos movimentos sociais de fortalecer seus laços e coordenar suas ações. A terceira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, será um passo importante nesta direção.

Para o secretário do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Cláudio Langone, a atual conjuntura internacional oferece uma rara oportunidade para o sucesso dessa iniciativa. Segundo ele, hoje enfrentamos uma situação muito diferente de 1992. "O modelo neoliberal está em crise, as diferenças entre ricos e pobres são cada vez maiores e se fortalece um movimento da sociedade civil planetária por uma outra globalização, mais humana e solidária, sobretudo a partir do Fórum Social Mundial". Porto Alegre assume, assim, um papel central na definição dos próximos passos dessa luta.

Documentário "Anheteguá" mostra riscos da Alca

A aldeia guarani Anheteguá, localizada na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, serviu de cenário para a realização de um documentário em vídeo que trata dos riscos da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para os países do continente. O vídeo foi realizado em junho de 2002, a partir de uma iniciativa do Sindicato de Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas em Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (Semapi).

A Área de Livre Comércio das Américas é uma proposta de acordo comercial apresentada pelo governo dos Estados Unidos em 1994, na Primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami, e retomada em 1998, com mais intensidade, na Segunda Cúpula, no Chile. O acordo está previsto para vigorar em 2005, mas os EUA



querem antecipá-lo para 2003. O projeto da Alca tem a intenção de reunir em um mesmo bloco comercial a maior potência econômica e militar do planeta, os EUA, com 33 outros países das Américas, excluindo-se Cuba.

Dirigido pelo argentino Carlos Pronzato, o vídeo de 20 minutos de duração pretende mostrar, a partir do cotidiano da aldeia guarani, as ameaças de desintegração cultural, política e econômica que a proposta da Alca representa para os povos latino-americanos. O documentário recebeu o título de "Anheteguá", em homenagem à aldeia guarani. Foi exibido durante o Fórum Social Mundial Temático da Argentina, em um painel sobre a Alca, e lançado oficialmente em Porto Alegre, na sede do Semapi (foto), no final de agosto. A fotografia do documentário é de Richie Reta, a edição é de Jorge Mario S. da Silva e a produção executiva é de Jorge Cruz. Interessados em adquirir o vídeo podem entrar em contato com o Semapi pelo telefone (51) 32125222.

LIVROS

O direito internacional existente baseia-se na lógica da soberania dos Estados, que foi subvertida pelo processo de globalização. A jurista Chemillier-Gendreau propõe uma revolução pelo direito, rumo à democracia

A revolução pelo direito

Christian de Brie*

"Você quer deixar um mundo decente quando morrer? Então, entre para a resistência, passe as noites tentando compreender e os dias organizando a luta nas redes planetárias em que se construirá a lei internacional do futuro." Essa foi, há muito tempo, a opção de Monique Chemillier Gendreau, jurista militante, opção baseada em uma análise simples e sagaz.

Com a globalização capitalista, uma sociedade mundial foi formada. Porem, uma sociedade sem lei, submetida ao poder arbitrário do mais forte, por falta de um direito mundial efetivo. Ora não há sociedade sem direito, portanto não há futuro para a humanidade sem o desenvolvimento de mecanismos jurídicos internacionais baseados nos princípios democráticos. Por muitas razões, estamos muito longe disso.

A impotência do direito internacional

Em primeiro lugar, se as relações internacionais são supostamente guiadas por princípios de liberdade (direito dos povos à soberania) e de igualdade (entre todos os Estados membros), proclamados pela Carta das Nações Unidas, os procedimentos isentam as grandes potências de cumprí-los. Quer se trate, na ordem política e militar, do direito de voto dos membros permanentes do Conselho de Segurança, ou na ordem econômica, do voto em função das cotas-parceira financeiras do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional. A separação dos poderes não goza de mais garantias, já que o legislativo e o executivo se arrogam esses mesmos poderes, ao passo que o judiciário (a Corte Internacional de Justiça) não tem autoridade contra os que recusam sua jurisdição ou a execução de suas determinações.

Além disso, historicamente baseado na lógica da soberania dos Estados, o direito internacional é um direito contratual que não responde às exigências do Estado de Direito, baseado na lei. Revela-se impotente para garantir os direitos e liberdades dos indivíduos e das minorias nacionais ou a proteção do que constitui o patrimônio comum da humanidade, sem passar pela via do Estado e de sua boa vontade em integrar no direito interno resoluções destituídas de caráter obrigatório.

Repensar o político

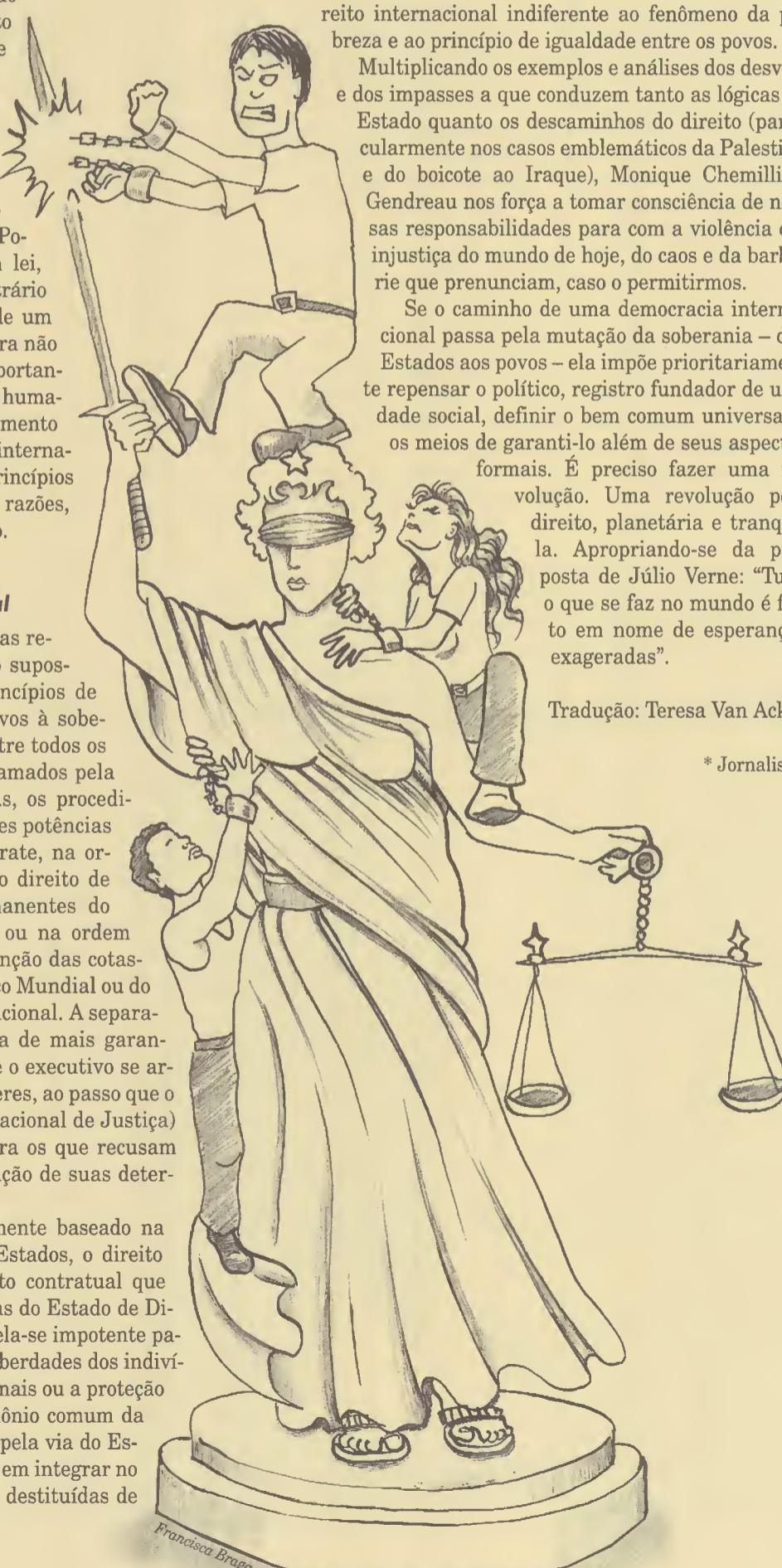
Por fim, a globalização esfacelou os limites territoriais e nacionais do contrato social legitimando o poder do Estado, atualmente cada vez menos soberano. A crise do político, agora universal, permite que proliferem as zonas de não direito, as atividades fora-da-lei (mafias, tráficos ilícitos, comércio fraudulento, corrupção) e as hordas desumanizadas dos "sem": sem-direitos, sem-documentos, sem-trabalho, sem-teto. A única resposta é o recurso à ação humanitária, em substituição a um direito internacional indiferente ao fenômeno da pobreza e ao princípio de igualdade entre os povos.

Multiplicando os exemplos e análises dos desvios e dos impasses a que conduzem tanto as lógicas do Estado quanto os descaminhos do direito (particularmente nos casos emblemáticos da Palestina e do boicote ao Iraque), Monique Chemillier-Gendreau nos força a tomar consciência de nossas responsabilidades para com a violência e a injustiça do mundo de hoje, do caos e da barbárie que prenunciam, caso o permitirmos.

Se o caminho de uma democracia internacional passa pela mutação da soberania – dos Estados aos povos – ela impõe prioritariamente repensar o político, registro fundador de unidade social, definir o bem comum universal e os meios de garantir-lo além de seus aspectos formais. É preciso fazer uma revolução. Uma revolução pelo direito, planetária e tranquila. Apropriando-se da proposta de Júlio Verne: "Tudo o que se faz no mundo é feito em nome de esperanças exageradas".

Tradução: Teresa Van Acker

* Jornalista.



Francisca Braga

Plebiscito da Alca

Até o fechamento desta edição, não era conhecido o resultado do Plebiscito sobre a Alca, a apuração dos votos deve terminar dia 14 de setembro. Mais de seis milhões de cidadãos votaram, superando o plebiscito da dívida externa, realizado em 2000. A consulta ocorreu em 3.444 municípios e é parte da campanha "Não à anexação, Sim à integração soberana", com o objetivo de saber se os brasileiros apóiam a Alca. Também ocorrerá uma manifestação em Brasília. Militantes de todo país divulgarão o resultado do plebiscito em vários organismos internacionais, como a Embaixada dos Estados Unidos. A caravana termina com uma grande Assembleia Popular, onde serão construídas as atividades pós-plebiscito.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF N° 90.787.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2002	
RUBRÍCAS / MESES	MAI
ATIVO	1.960.571,27
FINANCEIRO	1.712.296,01
DISPONÍVEL	233.575,35
CAXA	7.031,88
BANCOS	66.057,68
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA	168.886,08
REALIZÁVEL	1.478.720,66
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.472.554,45
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.472.554,45
CRÉDITOS A REALIZAR	6.168,21
DEVEDORES	0,00
ADANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.943,37
ADANTAMENTOS A FORNecedORES	842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	641,77
OUTROS DEVEDORES C/ CREDITOS	750,46
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	982,81
ATIVO PERMANENTE	248.275,26
IMOBILIZADO	241.918,99
BENS MÓVEIS	75.072,68
BENS IMÓVEIS	197.167,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	45.108,16
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	73.449,88
DIFERIDO	6.356,27
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.967,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	3.011,61

PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	1.906.776,88
OBIGAÇÕES OPERACIONAIS	17.157,02
OBIGAÇÕES FÍCIAIS E SOCIAIS	4.317,93
OBIGAÇÕES COM O PESSOAL	4.119,93
OBIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	207,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	12.839,09
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	12.839,09
SALDO PATRIMONIAL	1.869.619,86
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.960,40
SUPERAVIT ACUMULADO	1.280.669,48

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
RUBRÍCAS / MESES	MAI
RECEITAS	96.540,93
RECEITAS CORRENTES	81.165,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	61.166,56
RECEITAS PATRIMONIAIS	13.950,55
RECEITAS FINANCEIRAS	13.950,55
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	1.324,82
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	1.324,82
OUTRAS RECEITAS	100,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00
OUTRAS RECEITAS	100,00
DESPESAS	74.294,60
DESPESAS CORRENTES	74.294,60
DESPESAS COM CUSTEIO	30.279,80
DESPESAS COM PESSOAL	13.823,07
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	7.407,55
DESPESAS DE EXPEDIENTE	5.912,58
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	397,51
DESPESAS LEGAIS	129,70
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	871,04
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.821,95
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	267,77
ENCARGOS FINANCEIROS	28,65
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	23.065,36
DESPESAS COM VEICULACAO	0,00
DESPESAS COM VIAGENS	8.487,88
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	450,00
DESPESAS C/ATIVID. POLITICO-ASSOCIATIVA	600,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	13.566,00
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.929,42
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	16.903,61
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.025,81
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	22.246,33
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	53.788,70

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS – FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

FOLHA 3	
RUBRÍCAS / MESES	MAI
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	0,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001	0,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	811,90
CONDUÇÕES URBANAS – F.M.E.	0,00
CPMF – F.M.E.	2,08
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA – F.M.E.	0,00
DESPESAS C/ESTADIA E HOSPEDAGENS – F.M.E.	0,00
DESPESAS BANCARIAS – F.M.E.	8,00
DESPESAS C/LOCACÕES – F.M.E.	0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA – F.M.E.	0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO – F.M.E.	0,00
GASTOS C/COMBUSTIVEIS – F.M.E.	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE – F.M.E.	280,00
PREVISÃO SOCIAL – F.M.E.	0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE – F.M.E.	641,82
SERVICOS DE TERCEIROS – F.M.E.	0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(811,90)
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	5,69

RUBENS C. V. WEYNE
PRESIDENTE

NINO H. FERREIRA DA SILVA
CONTADOR – CRCRS N.º 14418

CASO FORD

Professor da Ufba não entende a “frustração” dos gaúchos

Durante o debate “O Caso Ford e a Política Industrial”, Iberê Nodari, professor de Engenharia Mecânica da Universidade Federal da Bahia (Ufba), disse não entender a frustração dos gaúchos em perder a Ford. O encontro aconteceu dia 5 de setembro, no auditório do Colégio Parobé. Ele defendeu que o Complexo Industrial Ford Nordeste, instalado há seis meses, em Camaçari (BA), continua assumindo a posição daquele que “só recebe”, sem contribuir para qualificar a mão-de-obra local ou firmar qualquer tipo de intercâmbio a fim de preparar para o mercado os alunos da Politécnica da Ufba. Dividiram a mesa de debates com o professor Nodari, o advogado Marcelo Lucca, ex-coordenador de implantação dos complexos industriais do Governo do Estado, e Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre.

Segundo Nodari, depois do anúncio da ida da Ford para a Bahia, a universidade iniciou um processo no qual inclusive novas matérias foram adaptadas ao currículo. Foi com a chegada da montadora, porém, que se viu uma indústria totalmente desligada da comunidade. A Ford recebeu 100% de isenção no imposto de importação, 90% no imposto da importação e matéria-prima, isenção de quatro outros impostos, e anistia de ICMS de 22 anos, e chegava à Bahia desligada da comunidade. Nodari falou dos baixos salários oferecidos pela Ford e a falta de transporte para os funcionários, pintando um quadro de precarização das relações trabalhistas. “É como se a comunidade baiana fosse infen-

rior e estivesse servindo a um senhor, como na época da colonização”, disse o professor.

A visão do que aconteceu no Rio Grande do Sul no caso Ford foi abordada por Marcelo Lucca. O advogado lembrou que as pessoas, graças ao árduo trabalho da mídia regional de esconder como realmente havia acontecido a ida da Ford, não têm a real dimensão de como foi o processo. Frisou que, com menos de cem dias de mandato, o governo do Estado já enfrentava este forte embate. Com a certeza de que não se dá dinheiro pra quem não precisa, o governo que assumiu tomava conhecimento de que o governo anterior havia comprometido 444 milhões de reais para a Ford. Entre 20 de março, e 29 de abril de 1999, governo do Estado e Ford realizam 19 encontros. O Estado dizendo ser impossível cumprir o contrato, e dialogando com a montadora. É quando, com a mídia em cima do governo Estadual, a Ford declara que vai embora. A primeira decisão era ir para o Rio de Janeiro, na garantia de Garotinho dar tudo.

O governo federal baixou, em junho de 1999, uma medida provisória que trata de incentivos fiscais regionais. Só então a Ford foi para a Bahia. Entre os benefícios estão as reduções de 100% do imposto de importação. É por isso que o cais de Salvador está abarrotado de automóveis da Ford, que entram sem pagar nenhum tributo. O pátio da montadora, em Camaçari, está repleto de Focus e Ranger vindos da Argentina, antes desembalados em São Paulo. A medida provisória do governo também reduziu em 90% o imposto de importação de

matérias-primas, além de dar total isenção no imposto sobre os automóveis industrializados na Bahia. A montadora ficou, ainda, isenta do Imposto de Renda sobre lucro do empreendimento. No pacote final, a Ford ganhou também isenção do imposto sobre operações financeiras (operações de câmbio para importação) e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante. Para completar, o governo baiano entregou o terreno pronto, inclusive com vias pavimentadas, e o BNDES financiou U\$ 1,3 bilhão para a construção da montadora e das fábricas de autopeças. O valor final foi de R\$ 3 bilhões, a fortuna que custou a grife “Ford”. Tudo isso, na promessa de geração de empregos.

O ex prefeito de Porto Alegre, Raul Pont analisou historicamente o processo de desenvolvimento industrial no país, frisando que este sempre teve forte presença do Estado. Foi nos últimos 20 anos de neoliberalismo que ocorreu este abandono e deslocamento do papel do Estado, que se torna um mero instrumento de passagem de recursos e desnacionalização.

A discussão que ocorreu após o debate abordou a necessidade de esclarecer a população gaúcha, sabendo-se, inclusive, que o contrato que permitiu a entrada da Ford na Bahia é sigiloso. E concluiu que a questão envolve problemas ainda maiores, como o papel da indústria automobilística hoje. A solução mais inteligente para o caos viário nas grandes cidades é a crescente restrição a este tipo de transporte, e a busca de um meio mais rápido, menos poluente e mais racional.

PORTO ALEGRE

Reunião pública mundial discute gestão da Cultura

Cristina Lima

A gestão da cultura em níveis local e global é o tema da 1ª Reunião Pública Mundial de Cultura, dias 16 e 17 de setembro, em Porto Alegre. A promoção é da Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Cultura. Dia 16, às 19h, haverá Conferência Magna, com Emir Sader (USP/Uerj), sobre Culturas Globais e Locais, coordenada pela secretaria municipal da Cultura de Porto Alegre, Margarete Moraes. Após, 30 minutos para intervenção do público e coquetel. Às 21h ocorre o lançamento do livro “Fronteiras Culturais (Brasil - Uruguai - Argentina)”, organizado por Maria Helena Martins, escrito por Lígia Chiappini, Sandra Jatahy Pesavento, Léa Masina, Tabajaras Ruas, Gustavo da Liña, Luiz Paulo Pilla Vares, Jacques Leenhardt, Aldyr Garcia Schlee, Flávio Aguiar, Pablo Rocca, César Augusto Barcellos Guazzelli, Luiz Antonio de Assis Brasil, Cláudio Laks Eizirik, Roberto Bittencourt Martins, Cláudio Martins, Theobaldo Thomaz, Margarete Moraes, Ricardo Ribenboim, Gustavo Sorá, Ruy Carlos Oster-

mann, Roberto Cohen, Karla Müller e Maria Helena Martins.

Dia 17, acontece a Reunião Pública número 1, das 9h às 12h (duas horas para o debate e uma hora para as manifestações do público e respostas dos debatedores). O tema será “Poder, Cidadania e Cultura”, o mediador, Luis Augusto Fischer (Ufrgs) coordenados por Margarete Moraes (SMC) e Marta Porto (Unesco). Integram a reunião Lígia Chiappini (Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim), Sérgio Goretti (diretor da Direção Cultural da Prefeitura de Florença), Antônio Grassi (Secretaria Municipal da Cultura do Rio de Janeiro), José Alberto (Funalfa - Juiz de Fora) e Wranha Panizzi (Reitora da Ufrgs).

Na Reunião Pública 2, das 14h às 17h, (com duas horas para o debate e uma hora para as manifestações do público e respostas dos debatedores), será discutido o tema Mídia, Economia e Cultura. A mediadora será Maria Helena Weber, os coordenadores Marco Aurélio Garcia (São Paulo) e Maria Vitó-



Emir Sader: Conferência Magna, dia 16

ria (Buenos Aires). Integram Jesus Humberto Lizarazo (Bogotá), a Universidade de Valéncia, Hamilton Pereira (Fundação Perseu Abramo). Ainda estão por confirmar representantes da área da cultura do Fórum Social Mundial, de Paris, Chiapas, Genebra, Fundação Mário Soares, Abong, Le Monde Diplomatic e Montevideu. No encerramento, serão redigidos e lidos os termos da agenda da cultura para o II Fórum de Autoridades Locais para Inclusão Social.

Inscrições podem ser feitas nas livrarias Ilhota - Centro Municipal de Cultura (avenida Erico Verissimo, 307), Ilhota - Filial Memorial do Mercado Público de Porto Alegre, na loja da Usina do Gasômetro (avenida João Goulart, 551), ou pelo endereço eletrônico cld@smc.prefpoa.com.br. Custam R\$ 10,00 (individual) e R\$ 25,00 (institucional/ representante de instituição).



CINEMA

Centro de Eventos da Ufrgs vira estrela do 30º Festival



Fotos Clarissa Pont

O Centro de Eventos da Ufrgs, em Gramado, foi um grande aglutinador de cinéfilos, atores, diretores e afins na 30ª edição do Festival de Cinema. Ali aconteceu o Mercado do Audiovisual e o 10º Gramado Cine Vídeo, festival de vídeos universitários e independentes. Na opinião de Enoir Zorzanello, que preside o Festival pela sexta vez, o centro aprovou “porque suas acomodações são boas e sua localização é central. Ele concentra todas as atividades do Festival de Cinema, como projeção de Super-8, apresentação de filmes em 16mm, debates, coletivas de imprensa e oficinas, além do Gramado Cine Vídeo”. O

centro também abrigou lançamentos de livros e projetos de novos filmes.

O 10º Gramado Cine Vídeo apresentou três dias de intensa programação de palestras e oficinas. A função foi coordenada pelo diretor e professor de cinema André Mauro, do Rio de Janeiro, e con-

tou ainda com o diretor César Saraceni, o diretor e produtor de cinema e animação Otto Guerra e Frederico Bardini, que é formado pela Escola de Cinema e TV de Havana, em Cuba. A principal atração do Gramado Cine Vídeo foi o Festival Brasileiro de Vídeo que teve 150 inscrições e 70 vídeos selecionados. O restante também foi apresentado em uma mostra paralela.

O Mercado do Audiovisual, feira que apresentou as últimas tendências em produtos, equipamentos e serviços com a participação de veículos de comunicação, universidades e empresas de vários estados do Brasil, também estava sediado no Centro de Eventos.

No Palácio dos Festivais acontecia a mostra oficial, que premiou “Durval Discos”, de Anna Muylaert, nas categorias de melhor filme, júri popular, crítica, melhor direção e melhor roteiro. “Uma Onda No Ar”, filme bastante elogiado sobre a democratização da comunicação, contou com Alexandre Moreno, que recebeu o prêmio de melhor ator. O melhor documentário foi “Edifício Master”, de Eduardo Coutinho, e o melhor filme latino foi “La Perdición de Los Hombres”, de Arturo Ripstein.

Ainda durante o Festival, no dia 17 de agosto, foi assinado um convênio com o MEC para o projeto da Escola Brasileira de Cinema e Televisão. Unisinos, Uergs e Fundacine estão juntas neste projeto previsto para o segundo semestre de 2003. A Escola estará dentro do Complexo Cinematográfico do Rio Grande do Sul, que funcionará como um centro de produção de tevê e cinema. A intenção é formar profissionais para a área de cinema e formar o Instituto Iberoamericano do Audiovisual.

Centro de Eventos: espaço teve mercado do audiovisual e o 10º Gramado Cine Vídeo, festival de vídeos universitários e independentes, além de lançamentos de livros e projetos de novos filmes

Mas o Festival também estava nas ruas. Além do projeto Rodacine, quatro bairros de Gramado participaram de uma programação paralela, através de exibições de curtas e longa-metragens. Além de ver os filmes, as comunidades dos bairros de Gramado tiveram contato com artistas, que participaram da mostra através de depoimentos. Na noite do dia 13, “Ilha das Flores”, de Jorge Furtado, e “Avassaladoras”, de Mara Mourão, foram exibidos em um ginásio de esportes. “O povo tem que ter acesso ao que está sendo feito. Faz parte o glamour, mas deixa muita gente de fora, o que é uma baita sacanagem. Montar um projetor de filmes aqui, num ginásio, é uma idéia maravilhosa”, disse Caco Ciocler, ator de “Avassaladoras”.

O Rodacine é um projeto de cinema itinerante da Secretaria de Estado da Cultura, idealizado e realizado pelo Instituto Estadual de Cinema/Iecine, juntamente com a Fundação de Cinema RS/Fundacine. O Rodacine viaja o interior do Estado divulgando cultura. Como uma sala ao ar livre, leva filmes para comunidades que não possuem salas de cinema, além de estimular a abertura ou reabertura de salas pelo interior gaúcho. A sensação de sentar em cadeiras plásticas ordenadamente distribuídas para dar a impressão de uma sala de cinema e assistir a um filme na tela grande emoldurada pelo céu é única. Tinha disso em Gramado também.

O problema é que, apesar de funcionar como local de exibição e divulgação de filmes brasileiros e latinos, o Festival se torna cada vez mais um espaço de espetacularização. “O Festival é um excelente local pra que a gente possa assistir cinema e conhecer novos filmes, mas ele perde muito em qualidade na falta de um debate efetivo sobre cinema. A participação da Ufrgs poderia ser neste sentido de proporcionar oficinas, ciclos de debates, palestras, alguma coisa que nos faça pensar o cinema brasileiro. Esse objetivo não está sendo atingido”, analisa Flávia Seligman, professora da Fabico e cineasta.

ORELHA



Jornalismo no cinema Filmografia e comentários

Christa Berger (Org.)

O jornalismo está inteiro no cinema. Grandes diretores se ocuparam em retrátil-lo: Frank Capra, William Wellman, Howard Hawks, Billy Wilder, Mervin Le Roy, John Ford, Alan Pakula, Orson Welles, Alfred Hitchcock, Fritz Lang. Para apresentar e discutir essa produção, o livro reúne artigos de um importante grupo de pesquisadores e profissionais. Editora da Ufrgs, 296p.



Brooklyn sem pai nem mãe

Jonathan Lethem

Romance insólito e comovente, de grande inventividade, protagonizado por um detetive que sofre da síndrome de Tourette, distúrbio neurológico em que as mãos têm o impulso irrefreável de tocar pessoas e objetos, os olhos ficam piscando e as palavras saem da boca de forma incontrolável e desconexa. Companhia das Letras. R\$ 37,50. 384p.



O avesso da Liberdade

Adauto Novaes

A invenção da liberdade, suas relações com os caminhos da democracia e com as cidades modernas são os grandes temas apresentados nestes ensaios. Filósofos, historiadores e cientistas políticos estudam os vários sentidos que a noção de liberdade ganhou ao longo da história: tanto morais quanto teológicos, metafísicos e políticos. Companhia das Letras. R\$ 39,50. 392p.

WWW

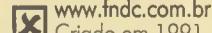
Mobilizações



www.forosocialargentino.netex.com.ar/

Sítio com notícias e fotos do Fórum Social Temático da Argentina, ocorrido de 22 a 25 de agosto em Buenos Aires.

Democratização



www.fndc.com.br

Criado em 1991, o Fórum pela Democratização da Comunicação congrega entidades da sociedade civil para enfrentar os problemas da área das comunicações no país.

"A universidade se tornou um espaço de tecnocratas"

Vivendo há 29 anos no México, o sociólogo chileno Hugo Zilmelman trabalha atualmente como pesquisador dos problemas de construção do conhecimento e entende bem a realidade comum das universidades públicas na América Latina. Sem autonomia e pressionadas pelo modelo político-econômico imposto pelos governos, elas estão se transformando em simples espaços de formação técnica e deixando de lado a importante função de formar pensamentos críticos. Zilmelman esteve em Porto Alegre no início de agosto a convite da Ufrgs e da Uergs para palestras sobre Teoria do Conhecimento. Em entrevista ao Adverso, ele fala um pouco sobre a histórica greve da Universidade Nacional Autônoma do México e a necessidade de se retomar urgentemente os compromissos sociais dentro das universidades públicas.

Maricélia Pinheiro

AD verso - A histórica greve da Universidade Nacional Autônoma do México (UNA) em 1999 reflete a tradição mexicana na luta em defesa da universidade pública. Como foi aquela paralisação?

Hugo Zilmelman - A greve da Universidade Autônoma efetivamente durou um ano e surgiu a partir do protesto dos estudantes diante de um projeto que instituiria a cobrança de matrícula, tomando depois várias outras formas. Uma delas foi questionar a estrutura de poder dentro da universidade. O interessante é que o movimento não se deu exclusivamente por estas demandas. A greve expressou uma inconformidade da juventude universitária frente à situação política e econômica do país. Tudo isso, de alguma maneira, se conjugou com os problemas internos da universidade, o que resultou em um conflito violento. Violento no sentido físico e político, com a universidade sendo praticamente fechada pelos estudantes.

Adverso - Como foi possível manter uma greve por tanto tempo?

Zilmelman - Curiosamente, essa greve não teve dirigentes, grandes líderes ou uma plataforma programática. Não se acreditava que fosse possível manter um movimento por tantos meses. E se desenvolveram dentro dos grupos atitudes que eu defino como irracionais no sentido político, porque não havia objetivos claros. Por isso digo que aconteceu muito mais por uma rebeldia do que por uma demanda. Entre a massa grevista havia uma atitude mais existencial do que política.

Adverso - Os professores participaram da greve?

Zilmelman - Não. A maioria ficou contra. Alguns procuraram mediar, formando grupos de discussão, comissões de arbitragem, porém sem êxito. E gradualmente, inclusive os de posições progressistas começaram a manifestar-se contrários à greve.

Adverso - Há pouco tempo, alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP protagonizaram uma greve de mais de três meses por mais professores. O senhor diria que esse movimento é parecido com o que ocorreu na UNA?

Zilmelman - É interessante analisar esses movimentos. Eu não conhecia esse de São Paulo, mas conheço o que ocorreu em Santiago do Chile. O modelo é o mesmo. São movimentos que resistem a se identificar com programas políticos e as lideranças querem manter uma autonomia no que diz respeito à classe política e aos jogos dos partidos políticos do país, além de expressar demandas básicas da classe estudantil. O problema é que isso pode levar a posturas muito exigentes e não-rationais, porque não hierarquizam as demandas.

Adverso - As universidades públicas brasileiras também começam a cobrar pelos serviços. Essa realidade parece ser geral na América Latina...

imposto, que parte do pressuposto que o governo deve reduzir os subsídios e determinar que a universidade se autofinancie. Mas este é um quadro muito complexo, porque é preciso discutir o princípio da gratuidade do ensino. Todo cidadão, independente de sua classe social, deveria ter direito a uma educação tanto básica quanto superior. O problema é que esta política permitiu que setores abastados se beneficiem também da gratuidade. A gratuidade total deveria ser apenas para alunos provenientes de setores modestos, que não têm como pagar. E quem tem deveria pagar para que a universidade possa financiar os demais.

Adverso - O senhor então defende o sistema de cotas?

Zilmelman - Sim. Mas isso não é aceito, porque se teme que esse seja o primeiro passo para instituir a cobrança.

Adverso - Qual o grau de politização do professor universitário no México?

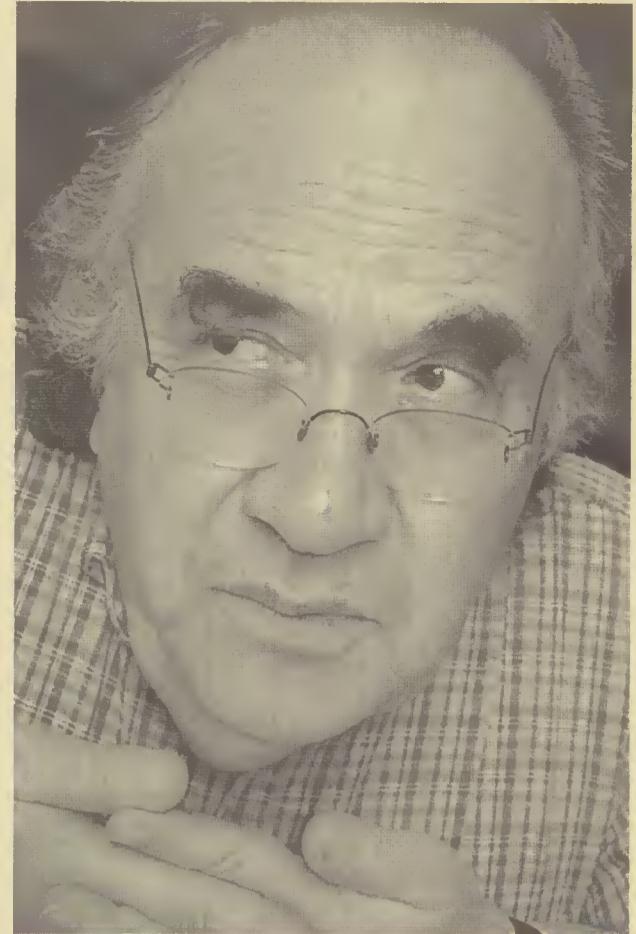
Zilmelman - Penso que o problema não é de um só país, mas em geral os professores no México não estão comprometidos com os processos de mudança, o que

"Temos que defender a universidade também como instrumento de desenvolvimento"

não significa que não tenham um discurso. Criticam a política do governo, mas fazem muito pouco. Isso não quer dizer que não haja professores dentro da universidade comprometidos, mas são minoria.

Adverso - Em que exatamente a Universidade Nacional Autônoma do México se difere das demais públicas da América Latina?

Zilmelman - Não conheço todas as outras para comparar. No caso da UNA posso afirmar que é uma força social em si mesma. Mas é preciso entender que foi criada por um regime político estável e ao longo do século 20 cumpriu uma função importante como mecanismo de mobilização social. Tanto que se podia encontrar facilmente no México estudantes de doutorado cujos pais eram analfabetos. Outros de origem indígena, cujos pais eram monolíngües. Esse salto social se sucedeu no México e nenhuma outra universidade contribuiu para isso como a UNA, que esteve a serviço da construção de um país com melhores condições de igualdade. Isso começa a se romper na década de 80, a partir do governo de Salinas, quando a universidade passa a oferecer outras perspectivas e a se transformar em um espaço de tecnocratas, uma gente que busca apenas inserção no mercado através de uma boa formação e sem compromissos com o país. E a universidade também foi perdendo seu compromisso e acabou se transformando em



Zilmelman: "a universidade pública está tomando consciência de que é preciso organizar estratégias defensivas de longo prazo"

um espaço de formação técnica. Nesse sentido a UNA está vivendo um momento de crise, mas que não é só da universidade, mas do modelo político e econômico imposto pela globalização a toda América Latina.

Adverso - As lutas sociais e políticas têm mudado, de alguma forma, a postura do governo com relação à universidade?

Zilmelman - Eu creio que, de uma maneira ou de outra, acabam influenciando e gerando alguma mudança em nível global. Porque a universidade pública está tomando consciência de que é preciso organizar estratégias defensivas de longo prazo. O professor universitário está entendendo que tem que defender a universidade pública, não somente como seu espaço de trabalho, mas também como um instrumento que permita, e este é o ponto mais importante, vislumbrar diferentes opções de desenvolvimento, através da formação de um pensamento crítico. Crítico no sentido de estar aberto a opções diferentes das impostas pelo poder dominante, especialmente aquele difundido pelos meios de comunicação. Essa construção de novos pensamentos pode acontecer em vários lugares, mas um dos privilegiados é a universidade pública, que por seu próprio caráter está aberta à heterogeneidade de um país. Ao contrário das privadas, que geralmente respondem a setores sociais muito homogêneos. Na universidade pública coexistem setores abastados com setores modestos. Há um jogo mais democrático que pode gerar uma maior variedade de idéias e, a partir daí, influenciar na política de governo.

Adverso - Qual a situação socioeconômica do professor universitário no México?

Zilmelman - Em um contexto de crise em que vivemos, de restrição de recursos, sobretudo para programas educacionais, eu diria que em geral o professor universitário no México não está mal. Ele pode trabalhar tranquilamente em pesquisas sem sobrecarregar-se com aulas. O México, diferente dos demais países da América Latina, possui uma infraestrutura no ensino superior que não existe em outra parte do continente. Falo de infraestrutura física, laboratórios, computadores, salas de trabalho, bibliotecas bem equipadas. Isso tem em praticamente todo o país. Mas o aproveitamento é insuficiente, porque a produção não responde à altura da estrutura que existe. Falta uma disciplina intelectual maior.